



Protocolo 125/2025

Acompanhe via internet em <https://cmalvaresmachado.1doc.com.br/atendimento/> usando o código:
663.717.564.949.287.788

Situação geral em 01/09/2025 07:42: Novo já lido

**Gabinete_Prefeitura_MUNICÍPIO DE ALVARES
MACHADO**

gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br

PG - Protocolo Geral -

Para

PG - Protocolo G...

3 setores envolvidos

PG PRES PL

Entrada*: Site

29/08/2025 16:15

 **LDO**

Boa tarde,

Segue Projeto de Lei nº 23/2025, que dispõe: Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2026 e dá outras providências.

Muito obrigada,

At.te,

Tainá Yasmin.

Anexo I LDO 2026.pdf (28,76 KB)	0 downloads
Anexo_VI_LDO_2026.pdf (283,94 KB)	0 downloads
Anexo V LDO 2026.pdf (95,44 KB)	0 downloads
Capa LDO.pdf (270,82 KB)	1 download
Demonstrativo Alieacao de Ativos LDO 2026.pdf (26,66 KB)	0 downloads
Demonstrativo Evolucao Patrimonio Liquido LDO 2026.pdf (48,94 KB)	0 downloads
Demonstrativo Margem de Expansao LDO 2026.pdf (22,29 KB)	0 downloads
Demonstrativo Metas Anuais LDO 2026.pdf (27,53 KB)	0 downloads
Demonstrativo Metas Fiscais 3 Exercicios Anteriores LDO 2026.pdf (27,27 KB)	0 downloads
Demonstrativo Metas Fiscais Exercicio Anterior LDO 2026.pdf (27,73 KB)	0 downloads
Demonstrativo Renuncia de Receitas LDO 2026.pdf (24,04 KB)	0 downloads

[Demonstrativo Riscos Fiscais LDO 2026.pdf](#) (42,69 KB)

0 downloads

[Demonstrativo RPPS LDO 2026.pdf](#) (127,85 KB)

0 downloads

[OFICIO LDO 2026.pdf](#) (243,63 KB)

1 download

[PL LDO 2026.pdf](#) (581,80 KB)

0 downloads

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

29/08/2025 16:15:33

E-mail para gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br

E-mail entregue (1)

Despacho 1- 125/2025

01/09/2025 07:42 (Respondido)

Rosangela R. PG

Gabinete _Prefeitura_MUNICÍPIO
DE ALVARES MACHADO

gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br
CC

Bom dia, ofício 278/25 ,projeto de lei das diretrizes orçamentária para o exercício de 2026 recebida e encaminhada ao setor responsável

Gabinete da Presidência - Assessora Fabiane Maria de São José - PRES

Diogo Cerbelera - PL

—
Ronsagela
auxiliar administrativo

Quem já visualizou? 0 pessoas

01/09/2025 07:42:29

E-mail para gabinete@alvaresmachado.sp.gov.br

Enviando

Câmara Municipal de Álvares Machado - Rua Monsenhor Nakamura, nº 783 Álvares Machado - SP CEP: 19160-049
Impresso em 01/09/2025 07:42:29 por Rosangela - auxiliar administrativo





Governo de
Álvares Machado
| Administração

@gov.alvaresmachado
www.alvaresmachado.sp.gov.br
Praça da Bandeira, S/N - (18)3273-9300
19160.000 - Álvares Machado, SP

PROJETO DE LEI

Nº 23/2025

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Exercício 2026

Prefeito: **LUIZ FRANCISCO BOIGUES**
Presidente da Câmara: **JOEL NUNES**



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ camara@alvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

PROJETO DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 23/2025

Altera a redação do art. 6º e dos capúts dos arts. 23 e 24 do Projeto de Lei nº 23/2025, para disciplinar o procedimento de apresentação do orçamento, das emendas parlamentares individuais impositivas e explicitar a competência do Poder Legislativo Municipal nas matérias tributárias e de pessoal relativas aos seus servidores.

A **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**, no uso das atribuições regimentais, apresenta a seguinte Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 23/2025:

Art. 1º O art. 6º do Projeto de Lei nº 23/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A Câmara Municipal observará as seguintes disposições relativas à sua proposta orçamentária e às emendas parlamentares individuais impositivas:

I – Sua proposta orçamentária deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento desta;

II – As emendas parlamentares individuais impositivas serão apresentadas por meio de formulário próprio, apreciadas pelo Plenário e, posteriormente, encaminhadas juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual, observando-se os seguintes requisitos e procedimentos:

a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do montante total das emendas impositivas deverão ser destinadas à área da saúde, nos termos do § 9º do art. 166 da Constituição Federal;

b) O valor mínimo destinado a cada emenda será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

c) As emendas destinadas a entidades do terceiro setor deverão obedecer às regras constantes do art. 11 desta Lei;

d) Recebidas as emendas parlamentares individuais, o Poder Executivo realizará a análise técnica e orçamentária de sua viabilidade e comunicará formalmente ao Poder Legislativo eventuais impedimentos ou inadequações no prazo de 5 (cinco) dias;

e) Verificado impedimento de ordem técnica, o vereador autor poderá corrigir a inconsistência ou solicitar o remanejamento da programação, no prazo de 3 (três) dias, por meio do protocolo digital da Câmara;

f) O Poder Legislativo compilará as emendas apresentadas em quadro consolidado;

g) O Poder Executivo deverá disponibilizar relatórios atualizados no Portal da Transparência, estruturados para consulta por autor da emenda, contendo o código de aplicação, a fonte de recurso, os valores empenhados, liquidados e pagos e o estado de execução.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

☎ (18) 3273-1331 | ✉ camara@alvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

Art. 2º O *caput* do art. 23 do Projeto de Lei nº 23/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

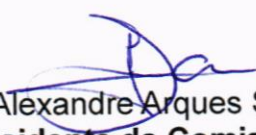
Art. 3º O *caput* do art. 24 do Projeto de Lei nº 23/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:


Art. 24. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei referentes aos respectivos servidores, o que alcança:

Art. 4º Mantêm-se inalteradas as demais disposições do Projeto de Lei nº 23/2025.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2025.

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE


Carlos Alexandre Arques Sanches
Presidente da Comissão


José Carlos Cabrera Parra
Membro da Comissão


Michael dos Santos Rodrigues
Relator da Comissão





PROJETO DE LEI Nº 23/2025

Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2026 e dá outras providências.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2026, compreendendo:

- I - As orientações gerais de elaboração e execução;
- II - As prioridades e metas operacionais;
- III - As metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal;
- IV - As alterações na legislação tributária municipal;
- V - As disposições relativas à despesa com pessoal;
- VI - Outras determinações de gestão financeira;
- VII – Emendas Parlamentares Individuais Impositivas.

Parágrafo único. Integram a presente Lei os anexos de metas, de riscos fiscais e o de prioridades operacionais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 2º A proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, nisso observado os seguintes objetivos:

- I – Combater a pobreza, promover a cidadania, inclusão social e políticas públicas em prol das minorias;
- II - Buscar maior eficiência arrecadatória;
- III - Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, sobretudo a afetada por surtos epidêmicos;
- IV - Prestar assistência à criança e ao adolescente;
- V - Promover o desenvolvimento econômico do Município;
- VI - Melhorar a infraestrutura urbana.
- VII - Apoiar estudantes carentes na realização do ensino médio e superior;
- VIII - Reestruturar os serviços administrativos;

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as correspondentes normas da Constituição, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- I - O orçamento fiscal;



II - O orçamento de investimento das empresas municipais não dependentes do Tesouro Central;

III - O orçamento da seguridade social.

§ 2º O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

§ 3º O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, tal qual determina o artigo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 4º Caso o projeto de lei orçamentária seja elaborado por sistema de Processamento de dados, deverá o Poder Executivo franquear acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal, para as pertinentes funções legislativas.

Seção II - Das Diretrizes Específicas

Art. 4º A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 obedecerá às seguintes disposições:

I - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, nestas categorias especificados valores e metas físicas;

II - Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as ações de governo apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;

III - A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;

IV - A estimativa da receita considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2025/2026;

V - As receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2025;

VI - Novos projetos contarão com dotação apenas se orçamentariamente supridos os que ora se encontram em andamento, e desde que atendidos os gastos de conservação do patrimônio público;

Art. 5º As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da Administração indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura suas propostas parciais até 30 de agosto de 2025.

Art. 6º A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura, conforme as seguintes disposições:

I - Sua proposta orçamentária até 30 de agosto de 2025, em conformidade com o estabelecido na legislação vigente.

II – No mesmo prazo do inciso anterior, as Emendas Parlamentares Individuais Impositivas, devidamente detalhadas através do preenchimento do quadro anexo ao presente, obedecidos ainda os seguintes requisitos:

- a) As emendas destinadas à Entidades do Terceiro Setor deveram obedecer as regras contidas na Lei Federal 13019/14 e as demais regras constantes no Art. 11 da presente Lei;
- b) No mínimo 50% do montante das emendas impositivas serão destinadas a Saúde, nos termos do §9º do Art. 166 da CF;
- c) Recebidas as Emendas, o Poder Executivo, através dos órgãos técnicos farão as devidas análises e se não houve impedimentos de ordem técnica enviaram para o



Setor de Contabilidade para inserção e consolidação na peça orçamentária a ser encaminhada ao Legislativo até 30 de setembro;

- d) Caso exista qualquer impedimento, estes trataram diretamente e de modo formal, com o Poder Legislativo as alterações necessárias, para a sua inserção na peça orçamentária.

Art. 7º Para atender ao art. 4º, parágrafo único, “d”, da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados não menos que 1,0% (hum por cento) da receita corrente líquida para as despesas de proteção à criança e ao adolescente.

Art. 8º A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência equivalente até 1,5% (hum virgula cinco por cento) da receita corrente líquida, conforme o apresentado no Anexo de Riscos Fiscais, que acompanha a presente Lei.

Art. 9º Até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

Parágrafo único. Para os fins do art. 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, na órbita da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

Art. 10. Nos moldes do art. 165, § 8º da Constituição e do art. 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária definirá os percentuais para abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 11. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo as entidades pretendentes se submeterem ao que segue:

I - Atendimento direto e gratuito ao público;

II - Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;

III - Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;

IV - Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011.

V - Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo.

VI - Salário dos dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito.

Parágrafo único. O repasse às entidades do terceiro setor será precedido pela lei específica de que trata o artigo 26, da Lei de Responsabilidade Fiscal e por expressa manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.

Art. 12. O custeio de despesas estaduais e federais se realizará através de convênios já autorizados ou através de novos que dependerá de autorização legislativa específica.

Art. 13. As despesas de publicidade e propaganda, do regime de adiantamento, de representação oficial, de locação de veículos e as relativas a obras aprovadas no orçamento participativo estarão todas destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita sua clara identificação.



Art. 14. Até 5 (cinco) dias úteis após o envio à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará, na Internet, o projeto de lei orçamentária, resumindo-o em face dos seguintes agregados:

- I - Órgão orçamentário;
- II - Função de governo;
- III - Grupo de natureza de despesa.

§ 1º O Poder Executivo fica obrigado a disponibilizar, em meio eletrônico de acesso público, informativo contendo todas as informações relacionadas à execução orçamentária, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nas peças orçamentárias.

§ 2º A divulgação do referido informativo deverá ocorrer de forma transparente e acessível, garantindo o amplo conhecimento da sociedade sobre a aplicação dos recursos públicos. O informativo deverá conter informações detalhadas sobre as despesas realizadas, receitas arrecadadas, convênios celebrados, contratos firmados e demais aspectos relevantes da execução orçamentária.

§ 3º O informativo deverá ser disponibilizado de forma atualizada e em tempo real, permitindo que os cidadãos acompanhem a execução orçamentária de maneira efetiva. Deverá ser de fácil acesso e compreensão, com interface intuitiva, possibilitando a comparação com as peças orçamentárias apresentadas em audiência pública.”

Art. 15. Ficam proibidas as seguintes despesas:

- I - Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;
- II - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário agente político ou servidor municipal em atividade;
- III - Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;
- IV - Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;
- V - Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;
- VI - Pagamento de sessões extraordinárias aos vereadores;
- VII - (Suprimido);
- VIII - Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal entre outros brindes;
- IX - Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros;
- X - Custeio de pesquisas de opinião pública.

Seção III **Da Execução do Orçamento**

Art. 16. Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1º As receitas serão desdobradas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

§ 3º A programação financeira e o cronograma de desembolso compreendem o Poder Legislativo e o Poder Executivo, neste incluídas as autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro Municipal.



Art. 17. Caso haja frustração da receita prevista e, comprometimento dos esperados resultados fiscais, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º A restrição do caput será proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo no total das verbas orçamentárias;

§ 2º Da restrição serão excluídas as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.

§ 3º A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

Art. 18. Desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os Poderes Executivo e Legislativo, enquanto persistir essa proporção orçamentária, poderão proibir:

I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

V - Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

VIII - Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

Art. 19. Para isenção dos procedimentos requeridos no art. 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites fixados na Lei de Licitações em vigência.

Art. 20. Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

Art. 21. Os recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) só poderão ser recepcionados e movimentados numa única conta mantida no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, vedada sua transferência para qualquer outra conta bancária.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS



Art. 22. As metas e as prioridades para 2026 são as especificadas nos Anexos abaixo elencados e que integram esta lei.

- Tabela I – Metas Anuais;
- Tabela II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício anterior;
- Tabela III – Metas Fiscais atuais comparadas com as Metas Fiscais fixadas nos três exercícios anteriores;
- Tabela IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- Tabela V – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- Tabela VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Tabela VII – Margem e Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter continuado

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 23. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
- II - Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
- III - Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas custeados;
- IV - Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;
- V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;
- VI - Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, o que alcança:

- I - Revisão ou aumento na remuneração;
- II - Concessão de adicionais e gratificações;
- III - Criação e extinção de cargos;
- IV - Revisão do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria do serviço público.

Parágrafo único. Os procedimentos autorizados neste artigo dependerão do necessário saldo na respectiva dotação orçamentária, obedecidas as restrições apresentadas no artigo 17 desta lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 25. Na hipótese de superação do limite prudencial de que trata o artigo 18 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras ocorrerá somente em casos de calamidade pública, após a edição do respectivo decreto municipal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS



Art. 26. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o art. 16 desta Lei, respeitado o limite do art. 29-A da Constituição.

§ 1º Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão afastadas.

Art. 27. Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.

Art. 28. Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados sob o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.

Art. 29. Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

Art. 30. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Álvares Machado (SP), 29 de agosto de 2025.

LUIZ
FRANCISCO
BOIGUES:0697
7905840

Assinado de forma
digital por LUIZ
FRANCISCO
BOIGUES:06977905840
Dados: 2025.08.29
16:10:55 -03'00'

LUIZ FRANCISCO BOIGUES
Prefeito Municipal



CM. Álvares Machado (SP), 23 de setembro de 2025.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. MATÉRIA ORÇAMENTÁRIA. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO. INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO. ESTABELECE AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2026. LEGALIDADE DA PROPOSIÇÃO. RECOMENDAÇÕES AOS PARLAMENTARES. GARANTIA DA INICIATIVA CONCORRENTE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. GARANTIA DA VIABILIZAÇÃO DE PROPOSIÇÃO RELATIVA A SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO. ANÁLISE DOS ANEXOS E DEMAIS QUESTÕES CONTÁBEIS DEVEM SER ANALISADOS PELA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE JUNTAMENTE COM O SETOR CONTÁBIL COMPETENTE DESTA CASA.

Autor: Poder Executivo

1. RELATÓRIO

Serve o presente parecer para análise jurídica do **Projeto de Lei nº 23/2025**, de autoria do Poder Executivo, **que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2026 e dá outras providências.**

É o relatório.

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

A **Lei Orgânica do Município**, em seu art. 12, inciso III, dispõe que **competete ao município**, no exercício de sua autonomia de legislar sobre interesse



local, elaborar o Plano Plurianual (PPA), as **Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e o Orçamento Anual (LOA), nos termos da Constituição Federal.

Além disso, a **Lei Orgânica Municipal de Álvares Machado**, em seu art. 179, incisos I, II e III, prevê que **é de iniciativa do Prefeito Municipal estabelecer o orçamento por meio das peças do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e Orçamentos Anuais**. Outrossim, o art. 185 do mesmo diploma, estabelece que os projetos de lei relativos às peças orçamentárias são de **iniciativa exclusiva do prefeito** e serão apreciados pela Câmara Municipal.

Quanto à **espécie normativa utilizada, lei ordinária**, entende-se que a matéria ora tratada não é reservada à lei complementar, visto que não prevista no rol do art. 91, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal ou em outro dispositivo específico que faça essa exigência.

Portanto, nada a rechaçar quanto à **competência** do município, **iniciativa** por parte do Poder Executivo e **espécie normativa** do Projeto de Lei n. 23/2025, ora em análise.

2.2. Conteúdo Normativo

Trata-se de Projeto de Lei **que estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2026 e dá outras providências**.

Tendo em vista a extensa redação do Projeto em análise, deixamos de reproduzi-lo, contudo, informa-se que a íntegra do projeto está disponível no seguinte link: <https://sapl.alvaresmachado.sp.leg.br/materia/11146> .

Pois bem.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é instrumento exigido pelo art. 165, § 2º, da Constituição Federal, com disciplina complementar nos arts. 4º e 48 da Lei



Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e na Lei nº 4.320/1964.

No âmbito municipal, observam-se ainda a Lei Orgânica do Município (LOM) especificamente no art. 180:

Art. 180. A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ainda o disposto no § 2º - do art. 165 da Constituição e:

I – Disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada de conformidade ao disposto no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I – avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II – demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III – evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Assim, a LDO deve: (i) orientar a elaboração da LOA e a execução do orçamento; (ii) conter metas e prioridades da Administração; (iii) dispor sobre alterações na legislação tributária; (iv) estabelecer critérios e formas de limitação de empenho; (v) disciplinar normas de controle de custos e avaliação de resultados; (vi) trazer Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais.

Estes são os elementos que serão examinados a seguir.



2.2.1. Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

A Lei de Responsabilidade Fiscal impõe que a LDO disponha sobre os “critérios e forma de limitação de empenho” (art. 4º, I, “b”, da LC nº 101/2000¹).

Outrossim, verificada, ao final de bimestre, a possibilidade de a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado, os Poderes devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, preservadas as despesas legal e constitucionalmente protegidas (art. 9º, caput e §§, LC nº 101/2000²).

A execução orçamentária deve observar programação financeira e cronograma de desembolso, com receitas em metas bimestrais e desembolsos em metas mensais (arts. 8º e 50, § 1º, c/c art. 9º, LC nº 101/2000; Lei nº 4.320/1964, arts. 47 a 50).

O projeto estrutura a limitação de empenho em consonância com a LRF:

(i) determina que, até 30 dias após a publicação da LOA, o Executivo estabeleça a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, com **metas bimestrais de receita e metas mensais de desembolso**, aplicáveis aos Poderes e às entidades dependentes, permitindo ajustes conforme a execução, o que dá suporte técnico à avaliação periódica prevista no art. 9º da LRF (**Art. 16 do PLO**);

(ii) prevê que, havendo **frustração de receita** e comprometimento dos resultados fiscais, será **determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira (art. 17 do PLO)**;

¹ Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no [§ 2º do art. 165 da Constituição](#) e: I - disporá também sobre:

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

² Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.



(iii) fixa como **critério de rateio a proporcionalidade** entre os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo, assegurando isonomia na repartição do ajuste (**§1º do art. 17 do PLO**);

(iv) **exclui da limitação** as despesas relativas a **obrigações constitucionais e legais** e as **contrapartidas de convênios** com União e Estado, o que preserva pisos e vinculações legais (ex. saúde, educação, entre outras) e a continuidade de projetos cofinanciados (**§2º do art. 17 do PLO**);

(v) define a **forma dos atos: Ato da Mesa** para o Legislativo e **Decreto** para o Executivo, garantindo a competência e formalidade próprias de cada Poder na implementação do contingenciamento (**§3º do art. 17 do PLO**).

Com efeito, em síntese, o PLO nº 23/2025 atende ao conteúdo mínimo exigido pela LRF ao: vincular a limitação de empenho à avaliação periódica da arrecadação e das metas fiscais, definir critério proporcional de distribuição do ajuste entre Poderes, resguardar despesas constitucional e legalmente protegidas, e estabelecer a forma dos atos necessários, apoiado em programação financeira com metas bimestrais de receita e metas mensais de desembolso.

2.2.2. Das Transferências a outras Entidades

A disciplina das transferências a entidades privadas sem fins lucrativos decorre do inciso I, alínea ‘f, do art. 4º da LRF³, do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), da Lei nº 4.320/1964 (classificação e natureza das “subvenções”, “auxílios” e “contribuições”) e dos comandos de transparência da LRF e da Lei nº 12.527/2011.

³ Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no [§ 2º do art. 165 da Constituição](#) e:
I - disporá também sobre:

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;



As transferências intergovernamentais dependem, ainda, dos requisitos do art. 25 da LRF⁴ (transferências voluntárias) e da prévia autorização legislativa quando exigida.

Nesse sentido, a proposição em análise:

(i) submete **auxílios, subvenções e contribuições** às regras da Lei 13.019/2014 e fixa requisitos objetivos às entidades receptoras, tais como atendimento direto e gratuito ao público, certificação em conselho, aplicação mínima de 80% da receita na atividade-fim, transparência ativa na internet dos gastos com recursos municipais, prestação de contas pretéritas avalizada pelos controles interno e externo e teto remuneratório para dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito, reforçando economicidade e governança do repasse (**art. 11 do PLO**);

(ii) condiciona o repasse à **lei específica** e à **manifestação prévia** da Assessoria Jurídica e do Controle Interno, após visita técnica *in loco*, o que amplia a segurança jurídica e a aderência às boas práticas de *due diligence* do parceiro executante (**parágrafo único do art. 11 do PLO**);

(iii) exige que as **emendas parlamentares individuais** destinadas ao terceiro setor observem a Lei nº 13.019/2014 e as regras do art. 11 da própria LDO, uniformizando critérios de seleção, execução e controle também para as

⁴ Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

III - observância do disposto no [inciso X do art. 167 da Constituição](#);

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.



programações via emendas parlamentares (**alínea ‘a’ do inciso II do art. 6 do PLO**);

(iv) prevê que o **custeio de despesas estaduais e federais** ocorra por convênios já autorizados ou por **novos convênios** dependentes de autorização legislativa específica, o que alinha o instrumento de cooperação intergovernamental às exigências de competência orçamentária do Legislativo (**art. 12 do PLO**).

Destarte, quanto ao presente tópico, entendemos que a proposição em análise se coaduna com a legislação nacional pertinente.

2.2.3. Da Reserva de Contingência

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que a Lei Orçamentária Anual contenha **reserva de contingência**, definida com base na **receita corrente líquida**, destinada ao atendimento de **passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos**, “conforme disposto na LDO” (art. 5º, III⁵, LC nº 101/2000).

Compete, pois, à LDO indicar diretrizes para a **fixação do montante** e para a **forma de utilização** da reserva, em coerência com o **Anexo de Riscos Fiscais** (art. 5º, I, LC nº 101/2000⁶).

O projeto determina que a LOA contenha **reserva de contingência de até 1,5% da RCL**, em consonância com o **Anexo de Riscos Fiscais** que integra a LDO, satisfazendo o comando do art. 5º da LRF e vinculando o montante aos riscos mapeados (**art. 8º do PLO**).

⁵ Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

⁶ Art. 5º(...):

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º



Ademais, a própria LDO **integra** formalmente os anexos de **metas** e de **riscos fiscais**, o que confere a base técnica para calibrar a reserva na LOA e fundamentar sua eventual utilização durante a execução.

Sobre os anexos de **metas** e de **riscos fiscais** a **Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle** deve realizar a devida análise juntamente com o setor competente desta Casa.

2.2.4. Da Programação Financeira

Compete à LDO orientar a execução orçamentária e financeira (CF, art. 165, §2º; LRF, art. 4º). Nesse contexto, a **programação financeira** e o **cronograma de execução mensal de desembolso** constituem dever do Poder Executivo, com **metas bimestrais de arrecadação** e desdobramento dos pagamentos em **metas mensais**, a fim de compatibilizar o fluxo de caixa com a execução do orçamento (LRF, art. 8º).

A avaliação periódica dessas metas serve de base, se necessário, para medidas de ajuste previstas na LRF (v.g., art. 9º, da LRF - limitação de empenho), mantendo-se a observância das vinculações constitucionais e legais.

Assim, o projeto alinha-se aos preceitos constitucionais e ao regime da LRF ao:

(i) determinar que, **até 30 dias após a publicação da LOA**, o Executivo estabelecerá a **programação financeira** e o **cronograma mensal de desembolso** (**art. 16 do PLO**);

(ii) prever o **desdobramento da receita em metas bimestrais** e dos **desembolsos em metas mensais** (**§1º do art. 16 do PLO**);

(iii) autorizar a **revisão** da **programação** e do **cronograma** conforme o comportamento da execução orçamentária, preservando a aderência dinâmica ao cenário fiscal (**§2º do art. 16 do PLO**);



(iv) **abranger** ambos os Poderes e as entidades da administração indireta **dependentes do Tesouro Municipal**, assegurando unicidade e coordenação do caixa do setor público local (§3º do art. 16 do PLO);

(v) vincular o **duodécimo do Legislativo** ao **cronograma de desembolso** da LDO, com referência ao art. 29-A da CF, o que harmoniza repasses com a disponibilidade financeira e os limites constitucionais (art. 26 do PLO);

(vi) prever, como regra de continuidade em caso de atraso na aprovação da LOA, a execução mensal **pro rata** em até **1/12** do total da despesa orçada, medida que preserva a prestação dos serviços públicos enquanto não concluído o processo legislativo (art. 29 do PLO).

Em síntese, a LDO proposta **cumpr**e o **conteúdo mínimo** exigido para a programação financeira: fixa prazo e instrumentos, define metas de receita e desembolso, alcança todos os entes orçamentários dependentes, admite ajustes durante a execução e coordena os repasses ao Legislativo com o cronograma e os limites constitucionais.

2.2.5. Autorização Prévia para Créditos Suplementares e Remanejamentos

A abertura de **créditos suplementares** depende de **prévia autorização legislativa** e de **indicação dos recursos correspondentes** (CF, art. 167, V⁷; Lei nº 4.320/1964, arts. 7^o e 43^o).

Outrossim, **transposição, remanejamento e transferência** entre categorias de programação ou entre órgãos também exigem **autorização legislativa** e limites definidos em lei (CF, art. 167, VI¹⁰).

⁷ Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

⁸ Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

⁹ Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.



Nesse sentido, a LDO é o veículo próprio para fixar **condições e limites** dessas autorizações, enquanto a LOA deve **quantificar** os percentuais de suplementação e detalhar a forma de abertura dos créditos adicionais.

No caso da proposição em exame, temos que:

(i) O projeto **autoriza** o Poder Executivo, **até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada**, a realizar **transposições, remanejamentos e transferências** entre órgãos e categorias de programação, conceituando “categoria de programação” como **Atividade, Projeto ou Operação Especial**, e, na classificação econômica, **despesa corrente e de capital (art. 9º e parágrafo único do PLO)**;

(ii) Quanto aos **créditos suplementares**, o PLO remete à **Lei Orçamentária** a definição dos **percentuais** de suplementação a serem admitidos, em consonância com a Constituição e com a Lei nº 4.320/1964, preservando a competência da LOA para fixar quantitativos e fontes de cobertura (**art. 10 do PLO**);

(iii) O texto ainda disciplina o **processo legislativo dos créditos adicionais**, determinando que os **projetos de lei** respectivos observem o **mesmo nível de detalhamento da LOA** e estabelecendo prazo para encaminhamento à Câmara quando se tratar de créditos do **Poder Legislativo (art. 28 do PLO)**.

Sendo assim, a solução é juridicamente adequada, porquanto a LDO **confere autorização** e fixa **limite agregado** para transposição/remanejamento (15%), e a LOA **quantifica** a suplementação e exige **detalhamento** nos projetos de créditos.

¹⁰ Art. 167. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;



2.2.6. Da Necessidade de Autorização Específica para Aumento de Gastos com Pessoal e Criação de Cargos

A concessão de vantagem ou aumento remuneratório, a criação de cargos, empregos ou funções, a alteração de carreira e a admissão/contratação de pessoal somente são lícitas se (i) houver **prévia dotação orçamentária** suficiente e (ii) existir **autorização específica na LDO** (CF, art. 169, §1º, I e II¹¹).

Tais atos também se submetem à **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** e à **declaração de compatibilidade** com o PPA/LDO/LOA (LRF, art. 16¹²), às regras sobre **despesa obrigatória continuada** (LRF, art. 17¹³), aos **limites de despesa com pessoal** (LRF, arts. 19 e 20), à vedação de **aumento de despesa com pessoal** em desconformidade com os limites ou **nos 180 dias finais de**

¹¹ Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

¹² Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

¹³ Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.



mandato (LRF, art. 21) e às restrições do **limite prudencial** (LRF, art. 22, parágrafo único).

No caso em análise, há previsão na proposição da seguinte forma:

(i) O projeto elenca, no **art. 24**, as matérias relativas a pessoal que poderão ser objeto de **projetos de lei**: revisão/aumento de remuneração (inciso I), concessão de adicionais e gratificações (inciso II), criação e extinção de cargos e revisão de planos de carreira (inciso III), revisão do plano de cargos, carreiras e salários (inciso IV). Trata-se de autorização **materialmente específica** na LDO quanto à **natureza** das medidas que podem gerar aumento de despesa com pessoal, em linha com o art. 169, §1º, II, da CF;

(ii) O **parágrafo único** do art. 24 condiciona a prática dos atos à existência de **saldo na dotação orçamentária** e à observância das restrições do **art. 17** desta LDO (limitação de empenho), reforçando a exigência constitucional de prévia dotação e o nexo com a programação financeira e eventual contingenciamento;

(iii) O **art. 18** estabelece “gatilhos fiscais” quando a **despesa corrente** superar **95% da receita corrente** no período de 12 meses, **vedando enquanto perdurar esse quadro**: concessões remuneratórias (inciso I), criação de cargos (inciso II), alteração de carreiras (inciso III), admissões/contratações (salvas reposições e temporários constitucionais – inciso IV), realização de concurso (inciso V), criação/majoração de despesa obrigatória acima da inflação e benefícios tributários (incisos VI, VII e VIII). Esses “freios” complementam as cautelas da Lei de Responsabilidade Fiscal ao impor limites locais adicionais em cenário de estresse fiscal;

(iv) O **art. 25** adiciona salvaguarda operacional, restringindo **horas extras** a hipóteses de **calamidade pública** quando superado o **limite prudencial** da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que preserva o ajuste rumo à recondução dos percentuais de pessoal;



(v) A LDO ainda define, no **art. 19**, a noção de **despesa irrelevante** para fins de dispensa dos ritos do art. 16 da LRF. Embora adequada em termos gerais, tal regra **não alcança** medidas de pessoal de caráter continuado, que devem **sempre** observar estimativa de impacto e compatibilidade orçamentária.

Destarte, a redação cumpre o requisito de autorização específica na LDO ao individualizar as espécies de atos possíveis em matéria de pessoal (art. 24) e ao condicioná-los à dotação e às restrições fiscais (arts. 17, 18 e 25).

Contudo, **recomenda-se** que os Nobres Parlamentares, para assegurar a iniciativa do **Poder Legislativo** quanto a matérias de pessoal de seus próprios quadros, proponho emenda que **inclua o Poder Legislativo** como legitimado no art. 24, ora restrito ao Executivo, sugerindo-se a seguinte redação, sem alteração dos incisos:

“Art. 24. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei referentes aos respectivos servidores, alcançando: (...)”

2.2.7. Do Anexo de Metas Fiscais

Compete à LDO estabelecer o **Anexo de Metas Fiscais (AMF)** com: metas anuais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida pública para o exercício a que se refere e para os dois seguintes, em valores correntes e constantes, além de: avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior, demonstrativo das metas atuais comparadas às fixadas nos três exercícios anteriores, e a memória e metodologia de cálculo que as fundamentam (LRF, art. 4º, §1º e §2º).

O AMF deve acompanhar a LDO e estar materializado nos demonstrativos apresentados pelo Município.

Nesse sentido, denota-se que foram apresentados os seguintes anexos:



(i) ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS FISCAIS ATUAIS
COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2026

(ii) ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2026

(iii) AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR

A verificação quanto ao conteúdo dos anexos, por exigir **conhecimento técnico-contábil específico**, deve ser apreciado pela competente **Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle** juntamente com o setor de assessoramento técnico contábil competente desta Câmara Municipal.

2.2.8. Do Anexo de Riscos Fiscais

O art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) impõe à LDO a apresentação do **Anexo de Riscos Fiscais**, com a identificação e a avaliação dos passivos contingentes e dos demais riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como a indicação das providências a serem adotadas para mitigá-los.

A LRF também exige que a Reserva de Contingência na LOA seja dimensionada “conforme disposto na LDO” e vinculada aos riscos mapeados (art. 5º, III e § 3º).

O **Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – 2026** foi apresentado em anexo específico. No documento consta nota explicativa informando que, “após estudos e análises de índices fiscais e econômicos, não foi possível verificar que haverá riscos fiscais para o exercício de 2026”, resultando na ausência de itens quantificados no quadro de riscos e providências:



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | camara@alvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

Município de Álvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

LRF, art 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL		TOTAL	

NOTA EXPLICATIVA: Após estudos e análises de índices fiscais, econômicos. Não foi possível verificar que haverá riscos fiscais para o exercício de 2026.

A entrega do anexo atende formalmente ao art. 4º, § 3º, da LRF. Todavia, o conteúdo do documento deve ser apreciado pela competente **Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle** juntamente com o setor de assessoramento técnico contábil competente desta Câmara Municipal.

2.2.9. Alterações da Legislação Tributária

Compete à LDO orientar iniciativas de alteração tributária. A concessão ou ampliação de benefícios fiscais com renúncia de receita exige estimativa de impacto e medidas de compensação (LRF, art. 14).

Incide o princípio da legalidade estrita para instituir ou majorar tributos, fixar base de cálculo e alíquotas, definir hipóteses de isenção e alteração de PGV e taxas (CF, art. 150, I; CTN, art. 97). Projetos que ampliem renúncia devem estar compatíveis com PPA/LDO/LOA e observar anterioridades anual e nonagesimal quando aplicáveis (CF, art. 150, III).

Nesse sentido, a proposição em análise trata dos temas da seguinte forma:

(i) O PLO autoriza o Executivo a encaminhar projetos de lei para alterar a legislação tributária, destacando: revisão e atualização do Código Tributário Municipal; revogação de isenções contrárias ao interesse público; revisão de taxas para adequação ao custo dos serviços; atualização da Planta Genérica de Valores



(PGV); aperfeiçoamento de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação; e municipalização da cobrança do ITR (**art. 23 do PLO**);

(ii) A LDO impõe que benefícios tributários com renúncia observem integralmente o art. 14 da LRF, ressaltando cancelamento de créditos de pequeno valor e desconto para pagamento à vista do IPTU quando já considerados na estimativa da receita (**art. 20 do PLO**);

(iii) Em cenário de estresse fiscal local, a LDO inclui ‘gatilho’ que **veda concessão ou ampliação de incentivo tributário** quando a **despesa corrente** superar **95% da receita corrente** em 12 meses, como medida prudencial de sustentabilidade (**art. 18 do PLO**);

(iv) Para a estimativa da receita, o PLO determina que se considerem as modificações na legislação tributária, articulando projeções com parâmetros macroeconômicos, o que reforça a coerência entre metas e arrecadação (**inciso IV do art. 4º do PLO**);

(v) O Anexo de Metas Fiscais inclui a **Tabela VI – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita**, compatibilizando eventuais medidas de desoneração com o equilíbrio fiscal.

Nesse contexto, o desenho é juridicamente adequado. Contudo, **recomenda-se**, para adequar o dispositivo ao regime de **iniciativa concorrente em matéria tributária**¹⁴, que os Nobres parlamentares proponham **emenda ao art. 23** para **incluir o Poder Legislativo** como legitimado a propor alterações, sugerindo-se a seguinte redação, mantendo-se os incisos:

¹⁴ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 13.515/2000 DE MINAS GERAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE DE MINAS GERAIS. 1. Competência concorrente dos Estados para legislar sobre direito tributário. **2. Inexistência de reserva de iniciativa do Poder Executivo em matéria tributária.** 3. Princípio da isonomia observado no diploma estadual. Autoaplicabilidade de direitos e garantias fundamentais na atividade fiscal. 4. Inconstitucionalidade das normas pelas quais criados órgãos públicos e fixados prazos ao Poder Executivo para implementação de serviço público. 5. Ação direta julgada parcialmente procedente.

(STF - ADI: 5002 MG, Relator.: CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 18/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/09/2020)



“Art. 23. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária (...).”

3. DO QUÓRUM DE VOTAÇÃO

Tratando-se de projeto de lei ordinária, o quórum para aprovação é de **maioria simples** dos membros da Câmara Municipal.

4. DAS COMISSÕES PERMANENTES PARA MANIFESTAÇÃO

Considerando que o Projeto de Lei em questão versa sobre alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, a **Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle** deverá emitir parecer, nos termos do art. 53 do Regimento Interno.

Por fim, a **Comissão Permanente de Justiça, Redação e Legislação Participativa**, deverá manifestar-se, visto que obrigatório quanto aos aspectos constitucionais, gramaticais e lógicos, nos termos do art. 52 do Regimento Interno.

5. DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Embora não conste dos autos, há notícia de que foi realizada audiência pública pelo Executivo na elaboração do PLDO.

Sem prejuízo, também deverá ser realizada audiência pública por esta Casa Legislativa na fase de discussão do Projeto (art. 48, §1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e no art. 44 do Estatuto da Cidade).

Para majorar a possibilidade de ampla participação popular a audiência pública deverá se dar **preferencialmente após o horário comercial** ou aos **sábados**, conforme recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



6. CONCLUSÃO

Ante o exposto, após análise da competência, iniciativa, espécie normativa e conteúdo normativo do **projeto de Lei nº 23/2025 de autoria do Poder Executivo**, esta procuradoria **OPINA** pela sua **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação, concluindo que:

- a) É de **competência** do Município legislar sobre peças orçamentárias, tal como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como pela **iniciativa** pelo Poder Executivo, nos termos dos arts. 12, inciso III, art. 179, inciso I, II e III e 185, todos da Lei Orgânica Municipal.
- b) Quanto à **espécie normativa, Lei Ordinária**, não há impedimento, uma vez que a matéria ora tratada não é reservada à lei complementar, visto que não prevista no rol do art. 91, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal ou em outro dispositivo específico que faça essa exigência;
- c) Quanto ao **conjunto normativo**, entendemos que a proposição em exame é material e formalmente adequada para orientar a LOA-2026. Contudo:
 - (i) **recomenda-se** que os Nobres Parlamentares, para assegurar a iniciativa do **Poder Legislativo** quanto a matérias de pessoal de seus próprios quadros, proponho emenda que **inclua o Poder Legislativo** como legitimado no art. 24, ora restrito ao Executivo, sugerindo-se a seguinte redação, sem alteração dos incisos: “*Art. 24. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei referentes aos respectivos servidores, alcançando: (...)*”



(ii) **recomenda-se**, para adequar o dispositivo ao regime de **iniciativa concorrente em matéria tributária**¹⁵, que os Nobres parlamentares proponham **emenda ao art. 23** para **incluir o Poder Legislativo** como legitimado a propor alterações, sugerindo-se a seguinte redação, mantendo-se os incisos: *“Art. 23. O Poder Executivo e o Poder Legislativo poderão encaminhar projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária (...).”*

(iii) Quanto ao conteúdo dos **anexos de metas fiscais**, **deve ser apreciado** pela competente **Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle** juntamente com o setor contábil competente desta Câmara Municipal;

(iv) Quanto ao **anexo dos riscos fiscais**, o **conteúdo do documento deve ser apreciado** pela competente **Comissão Permanente de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle** juntamente com o setor de assessoramento técnico contábil competente desta Câmara Municipal.

d) Tratando de Projeto de Lei Ordinária, apenas será aprovado se obtiver **maioria simples** dos votos dos membros da Câmara;

e) O projeto deve ser encaminhado às **Comissões Permanentes de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle e de Justiça, Redação e Legislação**

¹⁵ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 13.515/2000 DE MINAS GERAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONTRIBUINTE DE MINAS GERAIS. 1. Competência concorrente dos Estados para legislar sobre direito tributário. **2. Inexistência de reserva de iniciativa do Poder Executivo em matéria tributária.** 3. Princípio da isonomia observado no diploma estadual. Autoaplicabilidade de direitos e garantias fundamentais na atividade fiscal. 4. Inconstitucionalidade das normas pelas quais criados órgãos públicos e fixados prazos ao Poder Executivo para implementação de serviço público. 5. Ação direta julgada parcialmente procedente.

(STF - ADI: 5002 MG, Relator.: CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 18/08/2020, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/09/2020)



Participativa, consoante art. 52 e art. 53, ambos do Regimento Interno.

Todavia, cumpre salientar que o presente parecer jurídico possui natureza estritamente opinativa e orientativa, não se revestindo de caráter vinculante. Caberá, portanto, à elevada autoridade dos Nobres Vereadores desta Casa Legislativa, no legítimo exercício de suas atribuições, deliberar a respeito da conveniência e oportunidade da proposição, bem como propor emendas que entenderem necessárias para melhor cumprimento político de seus mandatos, com liberdade para aprova-lo ou não da forma como apresentado pelo seu autor, prestando este parecer apenas para apresentar considerações jurídicas a respeito da competência, iniciativa, espécie normativa e conteúdo normativo dos projetos em análise.

Em outras palavras, as conclusões aqui expostas se restringem às questões **jurídicas** relacionadas ao conteúdo do projeto e ao processo de elaboração legislativa, não abrangendo aspectos de natureza **econômica, orçamentária** ou de **mérito**.

Portanto, esses últimos elementos devem ser objeto de análise pelo setor competente da Câmara Municipal e pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, responsáveis pela **avaliação orçamentária**.

Além disso, deve passar pelo crivo e deliberação dos membros do Poder Legislativo, a quem compete apreciar e aprovar o **mérito** da proposta.

O presente parecer, portanto, **não adentra na conveniência ou oportunidade das escolhas políticas e financeiras**, respeitando a competência exclusiva do Legislativo para tais deliberações, **tampouco se manifesta em detalhes sobre as questões técnicas de contabilidade pública**, cuja Comissão e o setor competentes devem fazê-lo.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar nossos **protestos** de **elevada estima** e distinta **consideração**.



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

Rua Monsenhor Nakamura, 783, Álvares Machado – SP, CEP 19160-049.

(18) 3273-1331 | camara@alvaresmachado.sp.leg.br

Poder Legislativo

Respeitosamente,

DIOGO RAMOS
CERBELERA
NETO

Assinado de forma digital
por DIOGO RAMOS
CERBELERA NETO
Dados: 2025.09.23 11:07:13
-03'00'

DIOGO RAMOS CERBELERA NETO

Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Álvares Machado
OAB/SP 425.172



Álvares Machado, 29 de agosto de 2025.

Ofício nº. 278/ 2025

Assunto: **MENSAGEM DO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2026.**

**Excelentíssimos Membros do Poder Legislativo,
Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Tem esse a finalidade de encaminhar o incluso projeto de Lei que trata das Diretrizes para elaboração do Orçamento para o exercício de 2026.

Segundo as definições constantes da Constituição Federal (art. 165, §2º), a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.

Considerando as mudanças introduzidas pelas emendas constitucionais 108/2020 e 109/2021 e, também pela Lei Complementar 178, de 2021, à luz da Lei Federal Complementar 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, disciplina, o conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias de iniciativa do Poder Executivo.

Na Lei de Diretrizes Orçamentária, dentre outras situações, são anunciadas as metas fiscais, ou seja, o montante a ser arrecadado e como e onde isto será despendido, seja em pessoal e outras despesas de custeio, subvenções, investimentos ou utilizando-se do superávit primário no pagamento do principal e juros de dívida.



A Lei de Diretrizes Orçamentária é o instrumento que possibilita que o Legislativo, conjuntamente com o Executivo, oriente a elaboração da proposta orçamentária, possibilitando a análise dos princípios essenciais da estrutura do orçamento para que se atendam as demandas da sociedade.

Pelo exposto e cumprindo o que determina a Legislação vigente, apresenta-se a essa Câmara Municipal, o presente Projeto de Lei, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2026.

Sendo o que nos apresentava para o momento, aproveito a oportunidade para externar lhes votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

LUIZ FRANCISCO
BOIGUES:069779
05840

Assinado de forma digital
por LUIZ FRANCISCO
BOIGUES:06977905840
Dados: 2025.08.29
16:10:17 -03'00'

LUIZ FRANCISCO BOIGUES
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
JOEL NUNES
Presidenta da Câmara Municipal
ALVARES MACHADO – S.P.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Planejamento Orçamentário/Fontes de Financiamento dos Prog. Gover.
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas		
		2026		Total
		Direta	Indireta	
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	151.846.000,00	-	151.846.000,00
1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.348.000,00	-	24.348.000,00
1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	120.000,00	-	120.000,00
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	846.000,00	-	846.000,00
1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	1.840.000,00	-	1.840.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	111.966.000,00	-	111.966.000,00
1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	12.726.000,00	-	12.726.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	5.255.000,00	-	5.255.000,00
2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	105.000,00	-	105.000,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital	5.150.000,00	-	5.150.000,00
Total de Receitas		308.947.000,00	-	308.947.000,00
Deduções da receita				
FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	13.381.000,00	-	13.381.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	13.381.000,00	-	13.381.000,00
Total das Deduções		13.381.000,00	-	13.381.000,00
Total Líquido das Receitas		295.566.000,00	-	295.566.000,00
Total Geral		295.566.000,00		

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

INICIAL

PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 2

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CAMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 10100

OBJETIVO

GARANTIR SUPORTE MATERIAL E TECNOLÓGICO ADEQUADO AO FUNCIONAMENTO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS

JUSTIFICATIVA

Garantir um serviço qualificado voltado aos interesses da comunidade

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Funcionários e Encargos Sociais	und	0,00	100,00
Inativos e Pensionistas assistidos	und	0,00	100,00
Salário e Verba de Representação do Legislativo	und	0,00	100,00
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	15,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 4.925.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 3

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20100

OBJETIVO

DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS DO GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA

Dotar o setor de todas as condições necessárias para o bom desenvolvimento do setor

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 860.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 4

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20200

OBJETIVO

GARANTIR SUPORTE MATERIAL E TECNICO PARA O FUNCIONAMENTO DO EXECUTIVO

JUSTIFICATIVA

Manutenção das atividades municipais, dando continuidade aos serviços administrativos

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 4.785.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA JUNTA SERVIÇO MILITAR

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 5

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20200

OBJETIVO

FORMAR E RESERVA PARA MOBILIZAÇÃO E ATUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

JUSTIFICATIVA

Dotar o setor de todas as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	1,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 180.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENC. DOS SERV. JURIDICOS E ASSESSORIA

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 6

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20200

OBJETIVO

SERVIÇOS JURÍDICAOS - GARANTIR QUE OS PROCESSOS TENHAM ANDAMENTO

JUSTIFICATIVA

Dotar o setor de todas as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 300.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 8

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA
SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20200

OBJETIVO

ALMOXARIFADO - PRESTAR ASSISTÊNCIA E ORDEM DE ENTRADA E SAÍDA DE MERCADORIAS

JUSTIFICATIVA

Dotar o setor de todas as condições para um bom gerenciamento das suas atividades

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 581.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA DIRETORIA DE FINANÇAS

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 9

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20300

OBJETIVO

FINANÇAS - PROM. A GESTÃO INTEGRADA DO CONTROLE EXECUÇÃO ORÇAM., PRESTAR
CONTAS E GERENC.DE CONTR.ARRECAD. E APLIC. REC.

JUSTIFICATIVA

Dotar o setor de todas as condições necessárias para o bom desempenho dos serviços

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00
Funcionários e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 1.600.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GER.DA AGRICULTURA, PECUARIA MEIO AMBIEN

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 11

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA Nº 20800

OBJETIVO

AGRICULTURA - INCENTIVAR A PROD. ALIMENTOS AOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES
C/ APOIO TECN. DA ASSOC.PROD.RURAI

JUSTIFICATIVA

Objetiva buscar alternativas para incentivar principalmente o pequeno produtor

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas Relizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	10,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 2.870.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DE CRECHE E PRE-ESCOLA

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 12

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20400

OBJETIVO

GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DO ENSINO INFANTIL DE 0 A 6 ANOS

JUSTIFICATIVA

Incentivar e investir nos profissionais que atuam na área, objetivando a qualidade dos serviços prestados

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	5,00
Subvenções Concedidas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 780.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENC.E EXECUÇÃO DO TRANSP.ALUNOS

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 16

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20400

OBJETIVO

TRANSP. ALUNOS - TRANSPORTAR COM SEGURANÇA CRIANÇAS E JOVENS QUE FREQUENTAM ESCOLAS DISTANTES DA RESIDÊNCIA

JUSTIFICATIVA

Garantir Transporte para todos os alunos

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Alunos Transportados	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 1.050.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO DESPORTO

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 19

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20600

OBJETIVO

PARQUES E RECREAÇÃO - DESENVOLVER PRÁTICAS ESPORTIVAS EM SUAS DIVERSAS MODALIDADES, VISANDO O DESENV.FISICO E SOCIAL

JUSTIFICATIVA

Incentivar e investir nos profissionais que atuam na area, proporcionando a população condições para a pratica do esporte, visando melhores condições de vida

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	3,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 1.005.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA CULTURA

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 20

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20600

OBJETIVO

DIFUSÃO CULTURAL - MANTER LOCAL ADEQUADO PARA O ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E TAMBÉM ATIVIDADES CULTURAIS

JUSTIFICATIVA

Objetiva incrementar as atividades culturais, despertando o interesse da comunidade e dos alunos nas atividades culturais

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 530.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 21

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20700

OBJETIVO

SAUDE - OFERECER PRONTO ATENDIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DA UNIDADE BÁSICA

JUSTIFICATIVA

Objetiva a assistencia medica a aqueles que buscam um atendimento junto as U.B.S., proporcionando-lhes garantia e bem estar

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Aquisição de Imóveis	und	0,00	1,00
Auxílio Alimentação	und	0,00	35,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	20,00
Funcionários e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	5,00
Subvenções Concedidas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 32.595.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENC.E EXECUÇÃO DO SANEAMENTO

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 22

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20700

OBJETIVO

SANEAMENTO - PROMOVER SANEAMENTO BÁSICO E PREVENÇÃO DE GALERIAS DE AGUAS

JUSTIFICATIVA

Objetivo garantir a população condições dignas na area de saneamento Agua e Esgoto

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Obras e/ou Reformas	und	0,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 180.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DOS SERVICOS PÚBLICOS

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 23

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20900

OBJETIVO

GERENC.E EXEC. SERVICOS PÚBLICOS

JUSTIFICATIVA

Realizar um trabalho de concientização junto a população visando melhorar cada vez mais os serviços prestados beneficiados

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Auxilio Alimentação	und	0,00	5,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 14.700.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DE VIAS PUBLICAS

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 24

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20900

OBJETIVO

VIAS URBANAS - AMPLIAR E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRÁFEGO DE VEICULOS E PEDESTRES NAS VIAS PÚBLICAS

JUSTIFICATIVA

Realizar um trabalho de concientização junto a população visando melhorar cada vez mais os serviços prestados pelo municipio

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Equipamentos Adquirirdos	und	0,00	4,00
Pavimentação Asfáltica	und	0,00	30000,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 12.800.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA LIMPEZA PUBLICA

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 25

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20900

OBJETIVO

LIMPEZA PÚBLICA - MANTER A CIDADE LIMPA E AGRADÁVEL

JUSTIFICATIVA

Realizar um trabalho de concientização junto a população visando melhorar cada vez mais os serviços prestados

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Funcionarios e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Aquisição de Imóveis	und	0,00	1,00
Auxilio Alimentação	und	0,00	35,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 4.220.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 26

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 20900

OBJETIVO

ILUMINAÇÃO PUBLICA - OFERECER CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA NA
CIDADE

JUSTIFICATIVA

Realizar um trabalho de concientização junto a população visando melhorar cada vez mais os serviços prestados

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 20.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DO S.E.R.M.

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 30

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20900

OBJETIVO

SERV.ESTRADAS RODAG.MUNIC - MANTER CONDIÇÕES DE TRAFÉGOS NAS ESTRADAS
MUNICIPAIS

JUSTIFICATIVA

Objetivo garantir aos munícipes um serviço de qualidade, proporcionando-lhes condições favoráveis no que se trata o S.E.R.M.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Aquisição de Imóveis	und	0,00	1,00
Auxílio Alimentação	und	0,00	35,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Funcionários e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	5,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 250.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO TERMINAL RODOVIARIO

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 31

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20900

OBJETIVO

TERMINAL RODOVIARIO - OFERECER CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E CONFORTO AOS
USUÁRIOS DE TRANSPORTES COLETIVOS

JUSTIFICATIVA

Realizar um trabalho de concientização junto a população visando melhorar cada vez mais os serviços prestados pelo município

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 50.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

INATIVOS E PENSIONISTAS

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 32

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20300

OBJETIVO

INATIVOS E PENSIONISTA - MANUTENÇÃO DO PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA

JUSTIFICATIVA

Garantir aos inativos e pensionistas o pagamento em dia

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Inativos e Pensionistas Assistidos	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 500.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 34

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIRETORIA MUNIC.DE ASSIST.E PROMOÇÃO SOC

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 21000

OBJETIVO

FUNDO ASSIST.SOCIAL - MELHOR QUALIDADE DE VIDA DAS FAMILIAS

JUSTIFICATIVA

Visa assistir as famílias carentes, desenvolvendo um trabalho de triagem e acompanhamento da situação dessas famílias

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Aquisição de Imóveis	und	0,00	1,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	10,00
Funcionários e Servidores Beneficiados	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	3,00
Subvenções Concedidas	und	0,00	4,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 4.465.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA MERENDA ESCOLAR

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº** 36

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIRETORIA MUNIC.DE ASSIST.E PROMOÇÃO SOC

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA **Nº** 21000

OBJETIVO

MERENDA ESCOLAR - ATENDER ALIMENTAÇÃO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DURANTE O PERÍODO ESCOLAR

JUSTIFICATIVA

Manutenção das atividades municipais, atendendo com merenda escolar todos os alunos matriculados no Ensino Fundamental

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	10,00
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	3,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 1.760.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 37

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIRETORIA MUNIC.DE ASSIST.E PROMOÇÃO SOC

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA Nº 21000

OBJETIVO

CONSELHO TUTELAR - DAR PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO

JUSTIFICATIVA

Visa assistir os jovens e adolescentes desenvolvendo um trabalho de triagem e acompanhamento da situação desses jovens e adolescentes

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Infra-Estrutura Ampliada	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 160.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ENSINO ESPECIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 39

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20400

OBJETIVO

EDUCAÇÃO ESPECIAL

JUSTIFICATIVA

Incentivar e investir no profissionais que atuam na area objetivando a qualidade do aprendizado

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações AAdministrativas Realizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Subvenções Concedidas	und	0,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 700.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

CONTRIBUIÇÃO PARA O P.A.S.E.P.

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 40

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20300

OBJETIVO

GERENCIAMENTO DO P.A.S.E.P.

JUSTIFICATIVA

Visa realizar um trabalho eficaz, assegurando garantia de um futuro estavel ao funcionalismo municipal

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
P.A.S.E.P.	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 1.000.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

AMORTIZ. DA DÍVIDA FUNDADA E PRECATORIOS

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 41

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA Nº 20300

OBJETIVO

GERENC. DA DÍVIDA FUNDADA E PRECATORIOS

JUSTIFICATIVA

Garantir o pagamento das obrigações assumidas

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Precatorios	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 6.300.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 47

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20400

OBJETIVO

GERENCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

JUSTIFICATIVA

Incentivar e investir nos profissionais que atuam na área objetivando a qualidade do aprendizado.

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
Equipamentos Adquiridos	und	0,00	5,00
Obras e/ou Reformas	und	0,00	2,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 10.050.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENC. DO CONVENIO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 51

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIRETORIA MUNIC.DE ASSIST.E PROMOÇÃO SOC

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 21000

OBJETIVO

GERENC. DO CONVENIO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

JUSTIFICATIVA

Ações voltadas ao atendimento do Convênio

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 1.200.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO FUNDEB 70%

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 54

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 21200

OBJETIVO

GERENCIAMENTO DO FUNDEB 70%

JUSTIFICATIVA

Atendimento do Magisterio FUNDEB 70%

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 21.300.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO FUNDEB 30%

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 57

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 21200

OBJETIVO

GERENCIAMENTO DO FUNDEB 30%

JUSTIFICATIVA

Atendimento das Ações do FUNDEB 30%

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas REalizadas	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 3.750.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO QSE

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 61

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20400

OBJETIVO

GERENCIAMENTO DO QSE

JUSTIFICATIVA

GERENCIAMENTO DO QSE_____

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas Realizadas	und	100,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 5.500.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ENSINO INFANTIL

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 66

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20400

OBJETIVO

GERENCIAMENTO DO ENSINO INFANTIL

JUSTIFICATIVA

GERENCIAMENTO DO ENSINO INFANTIL

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Ações Administrativas Realizadas	und	0,00	0,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 50.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado - SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 23 Data: 28/08/2025 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99.99-Todos

PROGRAMA

Reserva de Contingência

CÓDIGO DO PROGRAMA N° 999

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA N° 20300

OBJETIVO

Reserva de Contingência

JUSTIFICATIVA

Visa realizar um trabalho eficaz, garantindo recursos para Administração Pública

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Reserva de Contingencia	und	0,00	100,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 2.704.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS			R\$ 143.720.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

CORPO LEGISLATIVO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

01.01.01

FUNÇÃO

Legislativa

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

1

SUBFUNÇÃO

Ação Legislativa

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

31

PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

2

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

INVESTIMENTO PARA O LEGISLATIVO

CÓDIGO DO PROJETO

Nº

33

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

825.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

CORPO LEGISLATIVO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

01.01.01

FUNÇÃO

Legislativa

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

1

SUBFUNÇÃO

Ação Legislativa

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

31

PROGRAMA

ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

2

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CORPO LEGISLATIVO

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

1

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

4.100.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.01.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	3
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO PARA O GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	1
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		10.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.01.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	3
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	3
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		850.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRAÇÃO		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.01.02
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	4
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO PARA DIRETORIA ADMINISTRATIVA		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	19
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		10.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.01.02

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

122

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

4

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

4

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

3.000.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
ADMINISTRAÇÃO			
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.01.02	
FUNÇÃO			
Administração			
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4	
SUBFUNÇÃO			
Administração Geral			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122	
PROGRAMA			
GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	4	
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
ATIVIDADE			
Manutenção do Controle Interno			
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	38	
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		115.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
ADMINISTRAÇÃO			
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.01.02	
FUNÇÃO			
Administração			
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4	
SUBFUNÇÃO			
Administração Geral			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122	
PROGRAMA			
GERENCIAMENTO DA JUNTA SERVIÇO MILITAR			
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	5	
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
ATIVIDADE			
MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR			
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	5	
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		180.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ADMINISTRAÇÃO		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.01.02
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Financeira		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	123
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	8
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO PARA O ALMOXARIFADO		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	23
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.01.02

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Administração Financeira

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

123

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ALMOXARIFADO

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

8

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALMOXARIFADO

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

8

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

580.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

PROCURADORIA JURIDICA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.01.03

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

122

PROGRAMA

GERENC. DOS SERV. JURIDICOS E ASSESSORIA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

6

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS JURÍDICOS E ASSESSORIA

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

6

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

300.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.01.04

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

122

PROGRAMA

CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

37

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSELHO TUTELAR

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

35

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

160.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CONTABILIDADE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.02.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	4
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manutenção do Departamento Contabil		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	84
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		600.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
LANÇADORIA			
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.02.02	
FUNÇÃO			
Administração			
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4	
SUBFUNÇÃO			
Administração Geral			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122	
PROGRAMA			
GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	4	
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
ATIVIDADE			
Manutenção do Departamento Lançadoria			
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	85	
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		410.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

TESOURARIA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.02.03

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Administração Financeira

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

123

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA DIRETORIA DE FINANÇAS

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

9

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE FINANÇAS

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

9

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

1.600.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

COMPRAS E LICITAÇÕES

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.02.04

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

122

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DIRETORIA ADMINISTRATIVA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

4

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Departamento Compras e Licitações

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

86

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

650.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
ENSINO INFANTIL			
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.01	
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12	
SUBFUNÇÃO			
Educação Infantil			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	365	
PROGRAMA			
GERENCIAMENTO DE CRECHE E PRE-ESCOLA			
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	12	
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
ATIVIDADE			
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CRECHE E PRE-ESCOLA			
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	12	
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		780.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.01
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Educação Infantil		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	365
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DO ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	66
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO PARA O ENSINO INFANTIL		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	3
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		50.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ENSINO INFANTIL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.03.01

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

12

SUBFUNÇÃO

Educação Especial

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

367

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ENSINO ESPECIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

39

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

42

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

500.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 23	Data: 28/08/2025	Tipo: Projeto de Lei
INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
ENSINO FUNDAMENTAL			
CÓDIGO DA UNIDADE		Nº	02.03.02
FUNÇÃO			
Educação			
CÓDIGO DA FUNÇÃO		Nº	12
SUBFUNÇÃO			
Ensino Fundamental			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		Nº	361
PROGRAMA			
GERENCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº	47
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
PROJETO			
INVESTIMENTOS ENSINO FUNDAMENTAL			
CÓDIGO DO PROJETO		Nº	7
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		250.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.03.02

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

361

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

47

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

41

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

9.800.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENSINO FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.02
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	361
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DO QSE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	61
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	41
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		5.500.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ENSINO FUNDAMENTAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.03.02

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

12

SUBFUNÇÃO

Educação Especial

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

367

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO ENSINO ESPECIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

39

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

42

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

200.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.03
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	361
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DO FUNDEB 70%		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	54
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO FUNDEB 70%		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	67
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		21.300.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDEB		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.03
FUNÇÃO		
Educação		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	12
SUBFUNÇÃO		
Ensino Fundamental		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	361
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DO FUNDEB 30%		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	57
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES ESCOLARES		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	39
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.200.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.03.03

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

361

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO FUNDEB 30%

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

57

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDEB 30%

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

57

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

2.500.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.03.03

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

12

SUBFUNÇÃO

Educação Infantil

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

365

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO FUNDEB 30%

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

57

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDEB 30%

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

57

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

50.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
MERENDA ESCOLAR		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.04
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Alimentação e Nutrição		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	306
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA MERENDA ESCOLAR		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	36
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA MERENDA ESCOLAR		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	34
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.760.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.05
FUNÇÃO		
Cultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	13
SUBFUNÇÃO		
Difusão Cultural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	392
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA CULTURA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	20
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO PARA DIVISÃO CULTURAL		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	27
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		30.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
CULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.03.05
FUNÇÃO		
Cultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	13
SUBFUNÇÃO		
Difusão Cultural		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	392
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA CULTURA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	20
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	20
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		500.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

TRANSPORTE ESCOLAR

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.03.06

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

361

PROGRAMA

GERENC.E EXECUÇÃO DO TRANSP.ALUNOS

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

16

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSP.DE ALUNOS

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

16

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

1.050.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.04.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	10
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	21
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA DA SAUDE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	21
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		5.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.04.01

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

301

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

21

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

INVESTIMENTO P/ FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DO PROJETO

Nº

8

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

150.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.04.01

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

301

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

21

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

18

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

2.200.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.04.01

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

301

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

21

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA DA SAUDE

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

21

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

23.800.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.04.01

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

301

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

21

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DO CAPS

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

48

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

50.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.04.01

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

301

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

21

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

74

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

520.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.04.01

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

10

SUBFUNÇÃO

Assistência Hospitalar e Ambulatorial

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

302

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA SAUDE

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

21

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

17

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

4.600.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.04.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	10
SUBFUNÇÃO		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	302
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	21
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BASICA DA SAUDE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	21
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		620.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.04.01
FUNÇÃO		
Saúde		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	10
SUBFUNÇÃO		
Suporte Profilático e Terapêutico		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	303
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA SAUDE		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	21
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EM SAUDE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	37
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		650.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
LIMPEZA PUBLICA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.01
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	15
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	452
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA LIMPEZA PUBLICA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	25
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO PARA LIMPEZA PUBLICA		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	12
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		20.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
LIMPEZA PUBLICA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.01
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	15
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	452
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DA LIMPEZA PUBLICA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	25
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	25
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		4.200.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ILUMINAÇÃO PUBLICA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.05.02

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

15

SUBFUNÇÃO

Serviços Urbanos

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

452

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

26

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

INVESTIMENTO EM ILUMINAÇÃO PUBLICA

CÓDIGO DO PROJETO

Nº

13

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

20.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.03
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	15
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	452
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DOS SERVICOS PÚBLICOS		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	23
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO NOS SERVIÇOS PUBLICOS		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	11
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		2.300.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
PRAÇAS, PARQUES E JARDINS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.03
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	15
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	452
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DOS SERVICOS PÚBLICOS		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	23
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	23
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		12.400.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
VIAS E LOGRADOUROS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.04
FUNÇÃO		
Urbanismo		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	15
SUBFUNÇÃO		
Serviços Urbanos		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	452
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DE VIAS PUBLICAS		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	24
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
PROJETO		
INVESTIMENTO EM VIAS PUBLICAS		
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	4
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		12.800.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
VIAS E LOGRADOUROS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.05.04
FUNÇÃO		
Transporte		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	26
SUBFUNÇÃO		
Transporte Rodoviário		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	782
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DO TERMINAL RODOVIARIO		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	31
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO TERMINAL RODOVIARIO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	30
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		50.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

AGRICULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.06.01

FUNÇÃO

Agricultura

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

20

SUBFUNÇÃO

Abastecimento

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

605

PROGRAMA

GER.DA AGRICULTURA, PECUARIA MEIO AMBIEN

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

11

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

INVESTIMENTO PARA AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE

CÓDIGO DO PROJETO

Nº

10

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

450.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
AGRICULTURA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.06.01
FUNÇÃO		
Agricultura		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	20
SUBFUNÇÃO		
Abastecimento		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	605
PROGRAMA		
GER.DA AGRICULTURA, PECUARIA MEIO AMBIEN		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	11
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECR.DA AGRICULTURA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	11
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		2.420.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUN, DO MEIO AMBIENTE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.06.02
FUNÇÃO		
Saneamento		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	17
SUBFUNÇÃO		
Saneamento Básico Urbano		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	512
PROGRAMA		
GERENC.E EXECUÇÃO DO SANEAMENTO		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	22
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	22
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		180.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ESTRADAS MUNICIPAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.06.03
FUNÇÃO		
Transporte		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	26
SUBFUNÇÃO		
Transporte Rodoviário		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	782
PROGRAMA		
GERENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DO S.E.R.M.		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	30
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DO S.E.R.M.		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	29
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		250.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUN. CRIANÇA E ADOLESCENTE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.01
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Assistência à Criança e ao Adolescente		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	243
PROGRAMA		
GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	34
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manut. Fundo dos Direitos c/ Adolescentes		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	81
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		380.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.02

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

122

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

INVESTIMENTO DIVISÃO ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DO PROJETO

Nº

18

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

30.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.02
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	34
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Gestão das ações da Assistencia Social		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	58
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.380.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.02

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Serviços Socioassistenciais

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

245

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

33

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

150.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.02
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Serviços Socioassistenciais		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	245
PROGRAMA		
GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	34
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SEC.PROM.HUM. INFANCIA E JUVENTUDE		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	36
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		210.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.02

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Serviços Socioassistenciais

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

245

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Gestão dos Benefícios Eventuais

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

76

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

700.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.02

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Serviços Socioassistenciais

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

245

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manut. Ações Emerg.Enfr. Situações Calamidade Publica

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

79

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

20.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.02
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Serviços Socioassistenciais		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	245
PROGRAMA		
GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	34
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manut. Execução Emendas Parlamentares		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	87
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		160.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.02

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Serviços Socioassistenciais

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

245

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

INVESTIMENTO PARA O ALMOXARIFADO

CÓDIGO DO PROJETO

Nº

3

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

70.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
PROTEÇÃO SOCIAL BASICA		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.03
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Serviços Socioassistenciais		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	245
PROGRAMA		
GERENC. DO CONVENIO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	51
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manutenção Proteção Social Basica		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	78
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.200.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
PROT.SOC. ESP.MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.04
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Serviços Socioassistenciais		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	245
PROGRAMA		
GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	34
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manut. Prot. Social Especial de Media e Alta Complexidade		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	77
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.200.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
GESTÃO DO SUAS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.07.05
FUNÇÃO		
Assistência Social		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	8
SUBFUNÇÃO		
Administração Geral		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	122
PROGRAMA		
GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	34
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
Manut. Aprimoramento de Gestão do SUAS/IGD SUAS-IGD BOLSA		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	75
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		120.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GESTÃO DO SUAS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.05

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Serviços Socioassistenciais

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

245

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manut. dos Programas e Projeto do SUAS

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

80

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

5.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.07.06

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

8

SUBFUNÇÃO

Assistência à Pessoa Idosa

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

241

PROGRAMA

GER.FUNDO MUNIC.DE ASSIST.E PROM.SOCIAL

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

34

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manut. Fundo Municipal do Idoso

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

83

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

40.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 23	Data: 28/08/2025	Tipo: Projeto de Lei
INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
DESPORTO E LAZER			
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.08.01	
FUNÇÃO			
Desporto e Lazer			
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	27	
SUBFUNÇÃO			
Desporto Comunitário			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	812	
PROGRAMA			
GERENCIAMENTO DO DESPORTO			
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	19	
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
PROJETO			
INVESTIMENTO PARA O DESPORTO			
CÓDIGO DO PROJETO	Nº	28	
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		155.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DESPORTO E LAZER

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.08.01

FUNÇÃO

Desporto e Lazer

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

27

SUBFUNÇÃO

Desporto Comunitário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

812

PROGRAMA

GERENCIAMENTO DO DESPORTO

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

19

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PARQUES RECREATIVOS E DESPORTO

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

19

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

850.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENCARGOS GERAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.09.01
FUNÇÃO		
Administração		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	4
SUBFUNÇÃO		
Administração Financeira		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	123
PROGRAMA		
CONTRIBUIÇÃO PARA O P.A.S.E.P.		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	40
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
OPERAÇÃO ESPECIAL		
CONTRIBUIÇÃO AO P.A.S.E.P.		
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL	Nº	1
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.000.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2026

Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em ElaboraçãoFundamento Legal: 23Data: 28/08/2025Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ENCARGOS GERAIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº

02.09.01

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº

4

SUBFUNÇÃO

Previdência do Regime Estatutário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº

272

PROGRAMA

INATIVOS E PENSIONISTAS

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº

32

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ASSIST.SOCIAL - INATIVOS/ PENSIONISTAS

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº

31

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

500.000,00

FONTE: GOVBR - Planejamento e Orçamento, 29/Ago/2025, 14h e 19m.

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração	Fundamento Legal: 23	Data: 28/08/2025	Tipo: Projeto de Lei
INICIAL			
UNIDADE EXECUTORA			
ENCARGOS GERAIS			
CÓDIGO DA UNIDADE		Nº	02.09.01
FUNÇÃO			
Encargos Especiais			
CÓDIGO DA FUNÇÃO		Nº	28
SUBFUNÇÃO			
Administração Financeira			
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO		Nº	123
PROGRAMA			
AMORTIZ. DA DIVIDA FUNDADA E PRECATORIOS			
CÓDIGO DO PROGRAMA		Nº	41
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS			
OPERAÇÃO ESPECIAL			
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA E PRECATORIOS			
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL		Nº	2
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		6.300.000,00	

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENCARGOS GERAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.09.01
FUNÇÃO		
Reservas		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	99
SUBFUNÇÃO		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	999
PROGRAMA		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	999
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
OPERAÇÃO ESPECIAL		
RESERVA DE CONTINGENCIA		
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL	Nº	999
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO		1.504.000,00

Prefeitura Municipal de Alvares Machado-SP
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2026
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração

Fundamento Legal: 23

Data: 28/08/2025

Tipo: Projeto de Lei

INICIAL		
UNIDADE EXECUTORA		
ENCARGOS GERAIS		
CÓDIGO DA UNIDADE	Nº	02.09.01
FUNÇÃO		
Reservas		
CÓDIGO DA FUNÇÃO	Nº	99
SUBFUNÇÃO		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO	Nº	999
PROGRAMA		
Reserva de Contingência		
CÓDIGO DO PROGRAMA	Nº	999
TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		
ATIVIDADE		
RESERVA CONTINGENCIA - EMENDAS IMPOSITIVAS		
CÓDIGO DA ATIVIDADE	Nº	99
CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	1.200.000,00	
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS	143.720.000,00	

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	540.219,35	1.236.700,00	90.697,00
Alienação de Bens Móveis	-	209.450,00	90.697,00
Alienação de Bens Imóveis	540.219,35	1.027.250,00	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2024 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	2023 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2022 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	1.867.616,35	1.327.397,00	90.697,00

NOTA EXPLICATIVA: Após estudos e análises de índices fiscais, econômicos. O departamento financeiro/contábil conseguiu projetar os seguintes registros para o exercício de 2026, para o município de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	60.403.374,45	100,00	36.592.205,29	100,00	26.546.826,74	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	60.403.374,45	100,00	36.592.205,29	100,00	26.546.826,74	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e análises de índices fiscais, econômicos. O departamento financeiro/contábil conseguiu projetar os seguintes registros para o exercício de 2026, para o município de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2026

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2026

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e analises de indices fiscais, economicos. O departamento tributário conseguir projetar os seguintes registros para o exercicio de 2026, para o municipio de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	143.720.000,00	143.720.000,00	-	100,000	145.420.000,00	145.420.000,00	-	100,000	148.120.000,00	148.120.000,00	-	100,000
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	113.123.000,00	113.123.000,00	-	78,711	113.650.000,00	113.650.000,00	-	78,153	114.720.000,00	114.720.000,00	-	77,451
Receitas Primárias Correntes	77.900.000,00	77.900.000,00	-	54,203	80.000.000,00	80.000.000,00	-	55,013	81.900.000,00	81.900.000,00	-	55,293
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.348.000,00	24.348.000,00	-	16,941	24.600.000,00	24.600.000,00	-	16,917	24.800.000,00	24.800.000,00	-	16,743
Transferências Correntes	98.585.000,00	98.585.000,00	-	68,595	99.100.000,00	99.100.000,00	-	68,147	99.200.000,00	99.200.000,00	-	66,973
Demais Receitas Primárias Correntes	14.700.000,00	14.700.000,00	-	10,228	14.900.000,00	14.900.000,00	-	10,246	15.100.000,00	15.100.000,00	-	10,194
Receitas Primárias de Capital	2.300.000,00	2.300.000,00	-	1,600	2.400.000,00	2.400.000,00	-	1,650	2.400.000,00	2.400.000,00	-	1,620
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	143.720.000,00	143.720.000,00	-	100,000	145.420.000,00	145.420.000,00	-	100,000	148.120.000,00	148.120.000,00	-	100,000
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	142.180.000,00	142.180.000,00	-	98,928	144.980.000,00	144.980.000,00	-	99,697	147.122.000,00	147.122.000,00	-	99,326
Despesas Primárias Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(29.057.000,00)	(29.057.000,00)	-	(20,218)	(31.330.000,00)	(31.330.000,00)	-	(21,544)	(32.402.000,00)	(32.402.000,00)	-	(21,876)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	(58.114.000,00)	(58.114.000,00)	-	(40,436)	(62.660.000,00)	(62.660.000,00)	-	(43,089)	(64.804.000,00)	(64.804.000,00)	-	(43,751)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PARÂMETROS	2026	2027	2028
PIB Nominal	-	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	143.720.000,00	145.420.000,00	148.120.000,00

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e análises de índices fiscais, economicos. O departamento financeiro/contabl conseguir projetar os seguintes registros para o exercicio de 2026, para o municipio de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2026

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	77.400.000,00	108.000.000,00	39,53	113.000.000,00	4,63	143.720.000,00	27,19	145.420.000,00	1,18	148.120.000,00	1,86
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	77.400.000,00	106.780.000,00	37,96	112.950.000,00	5,78	113.123.000,00	0,15	113.650.000,00	0,47	114.720.000,00	0,94
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	77.400.000,00	108.000.000,00	39,53	113.000.000,00	4,63	143.720.000,00	27,19	145.420.000,00	1,18	148.120.000,00	1,86
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	77.400.000,00	108.000.000,00	39,53	113.000.000,00	4,63	142.180.000,00	25,82	144.980.000,00	1,97	147.122.000,00	1,48
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	-	(1.220.000,00)	0	(50.000,00)	-95,9	(29.057.000,00)	58014	(31.330.000,00)	7,82	(32.402.000,00)	3,42
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI)	-	(1.220.000,00)	0	(50.000,00)	-95,9	(58.114.000,00)	116128	(62.660.000,00)	7,82	(64.804.000,00)	3,42
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	77.400.000,00	108.000.000,00	39,53	113.000.000,00	4,63	143.720.000,00	27,19	145.420.000,00	1,18	148.120.000,00	1,86
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	77.400.000,00	106.780.000,00	37,96	112.950.000,00	5,78	113.123.000,00	0,15	113.650.000,00	0,47	114.720.000,00	0,94
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	77.400.000,00	108.000.000,00	39,53	113.000.000,00	4,63	143.720.000,00	27,19	145.420.000,00	1,18	148.120.000,00	1,86
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	77.400.000,00	108.000.000,00	39,53	113.000.000,00	4,63	142.180.000,00	25,82	144.980.000,00	1,97	147.122.000,00	1,48
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	-	(1.220.000,00)	0	(50.000,00)	-95,9	(29.057.000,00)	58014	(31.330.000,00)	7,82	(32.402.000,00)	3,42
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI)	-	(1.220.000,00)	0	(50.000,00)	-95,9	(58.114.000,00)	116128	(62.660.000,00)	7,82	(64.804.000,00)	3,42
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e análises de índices fiscais, economicos. O departamento financeiro/contabl conseguir projetar os seguintes registros para o exercicio de 2026, para o municipio de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	108.000.000,00	-	100,000	123.167.874,71	-	91,505	15.167.874,71	14,04
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	106.780.000,00	-	98,870	123.167.874,71	-	90,471	16.387.874,71	15,35
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	108.000.000,00	-	100,000	119.628.053,11	-	91,505	11.628.053,11	10,77
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	108.000.000,00	-	100,000	119.628.053,11	-	91,505	11.628.053,11	10,77
Receita Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	-	-	-	-	-	-	-	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	-	-	-	115.804.825,01	-	-	115.804.825,01	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	-	-	-	115.804.825,01	-	-	115.804.825,01	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	(1.220.000,00)	-	(1,130)	3.539.821,60	-	(1,034)	4.759.821,60	-390,15
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (IV)	(1.220.000,00)	-	(1,130)	(108.725.181,81)	-	(1,034)	(107.505.181,81)	8811,9
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	-	265.662,71	-	-	265.662,71	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	(18.470.928,41)	-	-	(18.470.928,41)	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-	-	-	8.188.963,84	-	-	8.188.963,84	

Parâmetros	Valor Previsto 2024	Valor Realizado 2024
PIB Nominal	-	-
Receita Corrente Líquida - RCL	108.000.000,00	118.026.769,85

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e análises de índices fiscais, economicos. O departamento financeiro/contabl conseguir projetar os seguintes registros para o exercicio de 2026, para o municipio de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2026

NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
TOTAL			-	-	-	

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e analises de indices fiscais, economicos. O departamento tributário conseguir projetar os seguintes registros para o exercicio de 2026, para o municipio de Alvares Machado.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2026

LRF, art 4º, § 3º

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
TOTAL		TOTAL	

NOTA EXPLICATIVA: Apos estudos e analises de indices fiscais, economicos. Não foi possivel verificar que haverá riscos fiscais para o exercicio de 2026.

Município de Alvares Machado - SP
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)		2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VII)		0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes		0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)		2022	2023	2024
Benefícios		0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes		0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)		0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²		0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS		2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)		2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações		0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS				
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2022	2023	2024
Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)		0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais		0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²		0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS		2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações		0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)		2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores		0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)		2022	2023	2024
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)		0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)²		0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)						
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)		
2025	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d)=(d Exercício Anterior)+(c)	
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

NOTA EXPLICATIVA: O município de Alvares Machado, não possui regime de previdencia próprio.



AUTÓGRAFO nº 38/25 DO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO nº 23/2025
(Com redação dada pela Emenda Modificativa nº 002/2025)

À Sua Excelência,
Luiz Francisco Boigues,
Prefeito de Álvares Machado,

Senhor Prefeito,

A **Mesa da Câmara Municipal de Álvares Machado**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a aprovação do Projeto de Lei do Executivo nº **23/2025**, com a nova redação conferida pela **Emenda Modificativa nº 002/2025**, emite o presente Autógrafo para todos os efeitos legais.

Matérias Legislativas Vinculadas

Data Anexação: 14 de outubro de 2025. **Matéria:** Projeto de Lei do Executivo nº 23 de 2025.

Dispõe sobre: Projeto de Lei 23/25 das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 dá outras providências

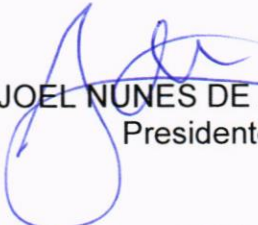
Autoria: Prefeito

Data Anexação: 14 de outubro de 2025. **Matéria:** EMENDA MODIFICATIVA (art.113, RI) nº 2 de 2025.


Dispõe sobre: Altera a redação do art. 6º e dos caputs dos arts. 23 e 24 do Projeto de Lei nº 23/2025, para disciplinar o procedimento de apresentação do orçamento, das emendas parlamentares individuais impositivas e explicitar a competência do Poder Legislativo Municipal nas matérias tributárias e de pessoal relativas aos seus servidores.

Autoria: Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle – CFOFC


Câmara Municipal de Álvares Machado, 14 de outubro de 2025.


JOEL NUNES DE ALMEIDA
Presidente


LUCINÉIA MARIA ALVES PADUAN
1º Secretária


CARLOS ALEXANDRE ARQUES SANCHES
2º Secretário

Registrado e publicado na Diretoria Legislativa, na data supra.


FABIANE MARIA DE SÃO JOSÉ
Diretoria Legislativa

